



TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE: uma análise dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis

Fernanda Fernandes Gera
Leticia Ferreira Machado
Mariana de Lima e Silva
Tais Teles Rezende¹

Orientador: Prof. Ms. Mário Francisco Chagas

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre o desenvolvimento tecnológico na área contábil, este definido pelas legislações governamentais, que atingem diretamente os contabilistas utilitários das funcionalidades dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis, dentre eles SPED- Fiscal e Contábil, NF-e, NFS, Conectividade ICP, entre outros. A Tecnologia da Informação (TI) é de suma importância no exercício contábil e é indicada para a agilidade e o melhoramento dos processos de escrituração e entrega de documentos de teor obrigatório para a empresa, antes feitos de forma arcaica, o que acarretava, conseqüentemente, em um processo desgastante. Com o surgimento destes sistemas, o exercício do profissional contábil sofreu mudanças, cujo trabalho não só se diferenciou no uso das informações, como também na relevância de suas atividades. Trata-se este estudo de uma pesquisa explicativa e bibliográfica, cujos resultados serão apresentados com o término do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No entanto, por hora, pode-se inferir que as inovações que ocorreram na tecnologia ampliaram a área contábil, favorecendo a assertividade na utilização dos sistemas e assim garantindo, ao exercício do profissional, uma melhoria evidente e significativa.

Palavras-chave: tecnologia da informação; sistemas fiscais; sistemas trabalhistas; sistemas contábeis; legislação.

Introdução

Este estudo trata do desenvolvimento tecnológico na área contábil, que desde o século XIX vem se aprimorando, com suas vantagens e desvantagens, os quais são definidos estes pelas legislações governamentais, que atingem diretamente os contabilistas utilitários das funcionalidades dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis.

¹ Alunas regularmente matriculadas no 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis - noturno – do *Uni-Facef Centro Universitário de Franca*.



Inicialmente, pode-se pensar que a tecnologia veio para a desvalorização do contador pelo fato de os programas de escrituração ser de fácil manuseio, porém, este pensamento está equivocado, pois a tecnologia favorece o desempenho do profissional, pois cabe a ele as habilidades para analisar e dar pareceres corretos, buscando de forma segura e bem alicerçada, a orientação do desenvolvimento sustentável nas empresas, não só por conceitos literários ou teóricos, mas cumprindo seu papel de cuidar e “sustentá-la” monetariamente.

A introdução da nova tecnologia na área contábil é de suma importância e indicada para a agilidade e o melhoramento das atividades que antes eram trabalhadas de forma arcaica e manuseadas fisicamente, acarretando em um processo de trabalho oneroso e desgastante. Os contadores eram conhecidos como “guarda livros”, pois, tinham que guardar e registrar os inúmeros documentos das empresas em livros de registros. Com a interação e implantação da tecnologia, a contabilidade ganhou uma agilidade imprescindível no processo de escrituração, obtenção de relatórios contábeis e entrega de documentos de teor obrigatório.

Este trabalho tem o objetivo de responder até que ponto a inserção das novas tecnologias na contabilidade favorece a assertividade em relação à utilização dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis e a mudança no exercício do profissional.

Refere-se a um estudo explicativo e bibliográfico a fim de abordar os fatores que foram modificados com a inserção da tecnologia nos sistemas, avaliando suas vantagens e desvantagens, sendo expostas as ideologias de autores, com base em materiais já publicados, também em redes eletrônicas, acessíveis ao público em geral.

Trata-se de um estudo em andamento a ser realizado com o término do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no ano de 2013 e que, por hora, sugere que o favorecimento da utilização nos sistemas e a melhoria no exercício do profissional foram inovados com a ampliação das inovações da tecnologia na contabilidade.



História da contabilidade

A história da contabilidade inicia-se na pré-história antes do aparecimento da escrita, sendo este período conhecido como a era da Contabilidade Antiga.

Com a arqueologia, foram encontrados vestígios de sistemas contábeis na região da antiga Pérsia e na Mesopotâmia (10.000 a 5.000 a.C.). Devido à existência da civilização sumeriana e seu constante desenvolvimento, nasceu uma necessidade no controle do produto da agricultura e da criação de animais e, com isso, foram criadas as fichas de barro que eram utilizadas também para a demonstração dos sistemas de partidas dobradas (débito e crédito). Essas foram as primeiras aparições dos sistemas contábeis, encontrados também em sítios arqueológicos em Israel, Síria, Iraque, Turquia e Irã, datando de 8.000 a 3.000 anos a.C.. Outros artefatos de barro assemelhados a caixas que continham fichas no seu interior e impressões externas (costume sumeriano para identificar devedores ou outras pessoas) deram existência aos denominados envelopes.

Os sumérios, babilônios e os assírios, faziam os seus registros em peças de argila, retangulares ou ovais, ficando famosas as pequenas tábuas de Uruk, que mediam aproximadamente 2,5 a 4,5 centímetros, tendo faces ligeiramente convexas, em escrita cuneiforme, onde eram feitos inventários de materiais e registros do trabalho escravo.

No Egito, a Contabilidade teve um grande passo com as escriturações das contas, tendo como base o valor de sua moeda, o shat de ouro e prata, pelo fato do surgimento da obrigação de livros e documentos fiscais, por volta de 2000 a.C.. As primeiras moedas comprovadas historicamente foram as de Lídia – na Ásia Menor, e da Grécia.

No século XIII, com o renascimento da atividade econômica e a expansão dos comércios, a Contabilidade passa a ser vista como um importante



instrumento de informações, controle e gerenciamento dos negócios, dando início a era da Contabilidade Moderna.

As primeiras aparições práticas do método das Partidas Dobradas se deram no norte da Itália, no século XII e XIII, após essas aparições seu uso generalizado expandiu-se por toda a Europa, em razão da Revolução Comercial.

Com o capitalismo, nasceu o acúmulo de fortunas, o que deu início a um novo desenvolvimento econômico, causado pelo aumento da população e a uma nova situação de gerenciar e controlar os negócios, modificando, sem dúvidas, as práticas contábeis. A evolução social também influenciou decisivamente nos registros contábeis, sendo necessário o desenvolvimento de sistemas mais sofisticados.

Era necessário que as participações nas sociedades e os registros de responsabilidades ficassem bem guardados:

“Livros contábeis foram abertos e no início do século XIV os primeiros manuscritos revelaram débitos e créditos em parágrafos verticalmente dispostos. Isto era uma evidência de que razões com sistema de partidas dobradas existiam desde 1335” (MILLS apud PELAGALLO apud SCHMIDT 1994, p. 81-96).

Para todos os estudiosos de Contabilidade, Pacioli tornou Veneza imortal, pois foi a primeira cidade a publicar em livro impresso as partidas dobradas, ficando conhecida mundialmente devido a esse momento histórico.

Com a impressão de livros e com a obra de Pacioli, surgiu no século XV, a primeira escola com pensamento contábil - Escola Contista, que tinha como princípio a apuração do saldo das contas a pagar e a receber, havia o processo de escrituração (quem recebe deve – débito e quem entrega tem a haver – crédito) e teve como destaque a criação da conta Capital.

A Contabilidade buscou sua consolidação como instrumento útil e capaz de auxiliar no gerenciamento dos negócios e mostrou-se como um sistema de informações passível de fundamentar o processo decisório e analítico das empresas, período este caracterizado como a Idade da Consolidação da Contabilidade. Em 1840, surgiu a Escola Administrativa, dando início ao período



fiscais, trabalhistas e contábeis

científico da Contabilidade, tendo como foco a administração e interpretação da dinâmica das empresas, e um conjunto de conhecimentos e operações com o objetivo de controlar sua gestão. Depois desse período, surgiu a Escola Lombarda tendo como ideia central a relação entre Contabilidade e Administração, onde Francesco Villa resolveu aplicar os princípios econômicos gerais à Contabilidade, suavizando desta o formalismo de cifras e números.

Em 1867, iniciou-se a Escola Personalista de Francesco Marchi, onde foi estudada a logismografia que é o inter-relacionamento de Economia, Administração e Contabilidade, esta sofreu críticas. No ano de 1880, surgiu a Escola Controlista tendo como mentor Fabio Besta, onde ele cita que Administração geral é a ação de administrar e Administração econômica é a administração do patrimônio da empresa, com o objetivo de construir novas riquezas. A Escola Norte – americana teve início no ano de 1887, com a criação do AAPA (AICPA – *American Association of Public Accountants*), que trabalhou na qualificação da informação e na padronização contábil e, na divisão da contabilidade em financeira (informações externas) e gerencial (informações internas).

A Escola Matemática teve como grande colaborador Giovanni Rossi, para ele a Contabilidade é uma ciência matemática e não social. O ponto central são as contas matemáticas e não o que elas representam o que levou esta escola a críticas. Como movimento contrário ao personalismo das contas, surgiu a Escola Neocontontista defendendo o valorismo destas. Eles atribuíram à Contabilidade contas com valores dos ativos, passivos e diferenciais, e os termos Entradas e Saídas e definiram como sua finalidade acompanhar a evolução e a modificação que ocorre no patrimônio das entidades, com o objetivo de conhecer, sempre que necessário, sua composição e valor.

Em 1919 surgiu a Escola Alemã, que se focou em duas disciplinas: *Betriebstwirtschaftlehre* traduzida como teoria econômica das empresas ou economia da empresa, e a *Rechnungswesen* traduzida com Contabilidade ou sistema de cálculo. A moderna Escola Italiana surgiu em 1922 e se mantém até os dias atuais, sendo o resultado o mais importante fenômeno da empresa, ocorre a passagem do



sistema patrimonial para o de resultado. Por fim, foi criada a Escola Patrimonialista em 1926, onde o objeto da Contabilidade é o patrimônio, para essa escola a escrituração é apenas uma ferramenta utilizada pela Contabilidade, o que leva esta escola a críticas.

Tal história continua sendo construída e seu futuro prossegue célebre, cada vez mais evidenciando a utilidade do conhecimento.

Futuro Tecnológico Na Contabilidade

A informatização tornou-se uma ferramenta imprescindível no exercício contábil, não apenas complementar, mas também obrigatória.

A evolução tecnológica na contabilidade ganhou força na segunda metade dos anos 90. Comenta Sá (2008, p. 127) que essa “nova conquista foi operada e generalizou-se o uso da leitura magnética de dados (que, embora antes existisse, não tinha aplicação ampla), esta que passou, a seguir, a facilitar o sistema de controles contábeis”.

No século XX, toda tecnologia voltada à contabilidade foi tomando grandes proporções, se modificando a cada dia. Todos os sistemas e aplicações contábeis passaram por um melhoramento tecnológico, com isso a prestação dos serviços contábeis ganhou grande agilidade, sendo feitas agora em computadores e digitadas com muito mais facilidade e agilidade para apresentação de valores, relatórios, pareceres e análises.

Em decorrência deste avanço, todos os processos contábeis passaram a ser feitos digitalmente, com a iniciativa do fisco de criar programas e, através destes dar base para essas mudanças. A criação do Fisco mais avançada e eficiente foi a criação de um supercomputador, que leva o nome do devastador Tiranossauro Rex (T-Rex), e o software Harpia, um sistema de inteligência artificial desenvolvido em parceria com a universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). O nome foi escolhido devido Harpia ser a ave de rapina mais poderosa do mundo, sendo o intuito desse software



fiscais, trabalhistas e contábeis

fazer o cruzamento online das informações, dos cartórios (bens imóveis), DETRANS (registro de propriedade de veículos), bancos, comercialização de mercadorias (compra e venda), prestações de serviços, serviços básicos (água, luz, telefone, etc.) e também as informações já rastreadas (FGTS, INSS, Folha de Pagamento, IRRF, etc.), tanto pessoa jurídica quanto física. O sistema abrange os âmbitos Municipais, Estaduais e Federais.

A inovação veio com força total com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, que no início do século XXI, passou a ser emitida eletronicamente e assinada com uma assinatura digital, sendo esta uma das inovações mais amplas criada pelo governo. Com essa assinatura, todas as informações enviadas eletronicamente estão assinadas e dão total responsabilidade ao que está sendo informado ao fisco. Caso estas informações sejam enviadas pelo certificado digital do contador ou empresa de contabilidade, automaticamente, faz dele, o corresponsável por estas.

A fiscalização do futuro está a cada dia mais próxima da nossa realidade devido muitas mudanças ocorridas na área contábil, não apenas na fiscalização como também em seu trabalho diário, abrangendo todas as áreas contábeis existentes na profissão. O retorno dessas mudanças é sempre positivo, tanto para os contadores que tem sua valorização profissional reconhecida, como para os contribuintes, que ganham um mercado de negócios mais vantajoso e leal, devido a diminuição da sonegação, e também para a fiscalização governamental, que mantém sob controle as arrecadações para que as mesmas sejam aplicadas para o bem de toda a nação.

A busca pela integração e modernização da Administração Tributária relaciona-se à forma federativa adotada pelo estado brasileiro. Neste contexto, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são dotados de autonomia política, administrativa e financeira, estando suas atribuições, limitações e competências, previstas na Constituição Federal que concede a cada esfera de governo a competência de instituir e administrar os respectivos tributos.



Segundo o site da Receita Federal (A), a integração e cooperação entre administrações tributárias têm sido temas muito debatidos em países federativos, especialmente naqueles, que como o Brasil, possuem forte grau de descentralização fiscal. Nesses países, a autonomia tributária tem gerado, muita burocracia e o grau de troca de informações é evidentemente baixo, além da incompatibilidade dos dados econômico-fiscais dos contribuintes. Para os cidadãos, o Estado mostra-se pouco eficiente e lento, para o governo, o controle apresenta-se difícil, pois falta a visão integrada das ações dos contribuintes e, para o país, o custo público e privado devidos às obrigações tributárias torna-se encarecedor, criando obstáculos aos investimentos e gerações de empregos.

Os agentes econômicos aumentaram a sua mobilidade com a vinda da sociedade da informação, exercendo ações em todo o território nacional e deixando de estar restritos ao conceito de jurisdição territorial. É comum que empresas sejam contribuintes, ao mesmo tempo, de diversos governos, em nível federal, estadual ou municipal. A consequência é que os bons contribuintes acabam prejudicados, pois têm que lidar com procedimentos e normas diversos em cada unidade da federação ou município.

As administrações tributárias enfrentam o grande desafio de se adaptarem aos processos de globalização e digitalização do comércio e das transações entre contribuintes. O número de transações efetuadas e os recursos movimentados crescem num ritmo intenso e, na mesma proporção, aumentam os custos. Há ainda a necessidade de gastar muitos recursos para coletar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre as operações realizadas pelos contribuintes, administrando um volume de obrigações acessórias.

Conforme ainda o site da Receita Federal (A), no que se refere aos contribuintes, há a necessidade de manter os recursos humanos e materiais consideráveis para o registro, contabilidade, armazenamento, auditoria interna e prestação de informações às diferentes esferas de governo que, no cumprimento das suas atribuições legais, por intermédio de declarações e outras obrigações acessórias. O custo essencial ao grande volume de documentos em papel que



fiscais, trabalhistas e contábeis

circulam e são armazenados, tanto pela administração tributária como pelos contribuintes, é evidentemente elevado.

Portanto, a integração e compartilhamento de informações têm o objetivo de racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo custos e barreiras burocráticas, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, além de fortalecer o controle e a fiscalização de informações entre as administrações tributárias.

Análise dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis

Os sistemas fiscais foram os que tiveram as maiores modificações, primeiramente, os projetos de mudanças foram aplicados em empresas de grande porte, com tributação pelo regime de lucro real. Muitas dessas foram voluntárias para que fossem implantadas todas essas mudanças, que vêm sendo aplicadas desde 2002 com projetos de lei, porém, tiveram varias prorrogações, tendo seu inicio em 2007:

A Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais (RECEITA FEDERAL DO BRASIL (B). Sistema Público de Escrituração Digital).

Para atender o dispositivo Constitucional, segundo o site da Receita Federal (B), foi realizado, em julho de 2004, em Salvador, o I ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, reunindo o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e o representante das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais.

O ENAT teve como objetivo buscar soluções nas três esferas de Governo que promovessem maior uniformidade administrativa, padronização e melhora na qualidade das informações, diminuição de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento, maior eficiência na fiscalização, maior possibilidade de



realização de ações fiscais e troca de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais, e o cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e unificação de procedimentos.

Foram aprovados dois Protocolos de Cooperação Técnica: um objetivando a construção de um cadastro sincronizado que atendesse aos interesses das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, outro, que viabilizasse o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendessem aos interesses dos respectivos Entes Públicos.

No evento do II ENAT, em São Paulo realizado em agosto de 2005, o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e os representantes das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais, buscando dar efetividade aos trabalhos de interação entre os mesmos, assinaram os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

Conforme site da Receita Federal (B), em meio as medidas anunciadas pelo Governo Federal, em 22 de janeiro de 2007, para o Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC) - programa de desenvolvimento que tem por objetivo promover a aceleração do crescimento econômico no país, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira - consta, no tópico referente ao Aperfeiçoamento do Sistema Tributário, a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) no prazo de dois anos.

Dentre as ações constantes do PAC que focam em remover obstáculos administrativos e burocráticos ao crescimento econômico, pretende-se que o SPED possa proporcionar melhor ambiente de negócios para o país e a redução do Custo Brasil, promovendo a modernização dos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral.

As mudanças tecnológicas nos sistemas trabalhistas estão chegando aos poucos, desde 2005, com a implantação do sistema gerador de guias de



recolhimento (FGTS e INSS) e de informações sociais, conhecido como GFIP/SEFIP. A área trabalhista de informações sociais teve um grande avanço, além de contar com as obrigações acessórias como a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) Negativa e Positiva e o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). As inovações que estão sendo implantadas desde 2011, com a Conectividade ICP, tratam-se da entrega dos dados informados na GFIP/SEFIP com assinatura digital. Outra mudança prevista é um projeto da Receita Federal do Brasil (RFB) que está em debate desde 2009, este irá unificar as obrigações acessórias dos contribuintes como exemplo a RAIS, CAGED, DIRF, CAT, entre outras, e criar a folha de pagamento digital, reunindo informações de órgãos como o Ministério do Trabalho e o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), também parte do projeto SPED, com denominação EFD-Social, considerada uma ferramenta tecnológica que permite o funcionamento eficiente, com baixo custo dos benefícios sociais e trabalhistas e a coleta de tributos, que devem retornar à sociedade, ajudando até mesmo as empresas a terem no mercado uma concorrência leal, devido ao fato da diminuição da sonegação de tributos e, caso haja a sonegação, há a certeza de que o Estado irá cobrar.

Praticamente todas as mudanças tecnológicas ocorridas na contabilidade baseiam-se no projeto SPED, graças a ele todos os sistemas estão se modificando, o terceiro item deste tripé conhecido de SPED, é o EFD-Contábil. Outro complemento importante é o FCONT, que também é uma forma de escrituração assim como o ECD, mas este foca nas escriturações patrimoniais.

As inovações tecnológicas nas atividades dos profissionais contábeis

A contabilidade é uma profissão antiga que evoluiu e se mantém em constante evolução. Tendo em vista o grande número de contadores e a importância deles para o desenvolvimento econômico do país, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) reconhece e valoriza cada vez mais a profissão.



Com a globalização, os cenários econômicos, sociais, políticos e culturais foram totalmente modificados, surgiram as inovações tecnológicas, alterando assim, as atividades dos profissionais contabilistas.

“A era pós-moderna exige adaptação no exercício das profissões ligadas às atividades humanas, compatível com as profundas alterações do comportamento humano.” (SÁ, 2009, p. 233). Esta é marcada pela enorme influência das habilidades humanas no que diz respeito ao uso da tecnologia para se obter informações, analisá-las, sintetizá-las, interpretá-las e comunicá-las, tanto no processo de geração de riqueza quanto de sua mensuração.

Dá-se o conceito de informação contábil ao conjunto de práticas que tem por objetivo a coleta, tratamento e exposição para terceiros de fatos patrimoniais. Observa-se o que acontece, registra-se tais fatos e estes depois produzem as demonstrações informativas contábeis, sendo indispensável que estas informações obedeçam aos princípios da objetividade, legalidade, prudência e confiabilidade.

A maioria dos fatos patrimoniais de acordo com Sá (2009) é de natureza concreta, positiva, constatável, mas o entendimento para o mesmo é fundamental, a tecnologia guarda uma coerência racional, contudo a metodologia para que consiga oferecer conhecimento que ensejem a prosperidade aos empreendimentos através da ciência necessita-se de um profissional capacitado na área, ou seja, um contador, de pouco vale uma informação se não sabe o que ela representa, ou o que pode representar:

Embora sofisticada, hoje a informação, através de uma parafernália de normas nem sempre bem redigidas, ela não tem condições de substituir e nem de nivelar-se ao refinado conhecimento científico, este compete para ensejar modelos para a consecução da prosperidade dos empreendimentos humanos, cujo somatório resulta no bem estar das Nações.

Por maior que seja o progresso nos critérios de informação, ele será sempre menor que o havido na ciência, pois, esta é a que representa a qualidade superior do intelecto.

O profissionalismo contábil requer competência, seriedade e responsabilidade na defesa da verdade, implicando lealdade aos princípios da realidade objetiva; tudo isso depende de uma tecnologia inspirada em rigores metodológicos, de índole epistemológica (SÁ, 2009, p. 235).



A Contabilidade não possui apenas a função de informar, pois isso já vem sendo feito há 6.000 anos, é apenas um conhecimento de forma qualitativa, que ao longo do tempo foram se sofisticando, para um profissional é pouco limitar-se a reger critérios de escrituração e demonstração, a ciência está muito além de dados relatados em planilhas, o conhecimento gera informação de uma forma globalizada.

Aquele que era basicamente encarregado de registrar transações mercantis passa a ser impelido a uma evolução acelerada, com enfoque na geração de informações contábeis úteis para aqueles que têm o poder decisório em suas mãos, deixando de ser instrumento importante apenas no auxílio prestado no cálculo e na identificação dos valores que servem como base para recolhimento de impostos, o papel do contador passou de “gerador de guias” a estrategista empresarial.

"A contabilidade moderna não simboliza apenas um conjunto de conhecimentos ou de habilidades, mas dá ênfase à integração do conhecimento, necessária para atender as pessoas e negócios na economia de informação e focalizar conhecimentos que criam valores econômicos", explica a Gerente de Alunos e Relacionamento da Trevisan Escola Superior de Negócios, Maria Frastrone (SESCON-SP) (B).

Para que os registros contábeis sejam eficientes devem ser confiáveis e seguir de um comprovante do fato patrimonial. Ocorrido, identificado e comprovado o fato, imediatamente surge a classificação deste, atribuindo aos mesmos as contas pertinentes, que pelo processo eletrônico, a classificação é imediata.

Visando a ordem na abertura e uso das contas é tecnologicamente criado o plano de contas, que orienta a classificação e habilita o registro orientando que a conta se movimenta através de débitos e créditos na mesma, de forma sistemática e constante, denominando-se este registro de “partida dobrada”. Os planos de contas são implantados nos computadores e podem ser utilizados facilmente de acordo com os programas instalados:



A eletrônica alterou procedimentos tecnológicos na Contabilidade e ensejou, inclusive, maior alcance na questão informativa, não só para as os empreendimentos particulares, mas também para o controle destes pelo poder público ou governamental (SÁ, 2009, p. 27).

Atualmente, algumas escriturações precisam produzir registros fiscais, sendo hoje realizados de uma só vez e enviados às autoridades fiscais (sistema SPED), com o auxílio de computadores.

No Brasil, com a criação do SPED, as obrigações acessórias (livros contábeis, fiscais e notas fiscais) se modernizaram e, por expedição via eletrônica, o governo federal passou a ter em seu poder os registros contábeis privados com acesso a um rigoroso regime de fiscalização. As atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos se unificaram.

Em primeiro momento, acreditou-se que o SPED Contábil seria realizado pela área da tecnologia ou pelo fornecedor de software, mas, a missão desses profissionais é apenas fornecer as funcionalidades para que os livros contábeis sejam transformados em arquivos no padrão do SPED, porém, ter seus arquivos validados pelo PVA – Programa Validador, não é garantia de sucesso nas atividades, o mais importante é a contabilidade e não a tecnologia, a escrituração contábil deve refletir as operações reais da empresa: faturamento, movimentação de estoques, finanças, entre outras. O desafio em questão é ter a contabilidade coerente, real e íntegra, auditável eletronicamente pela empresa e pelo Fisco.

Mais que cobrar das áreas tecnológicas a geração do arquivo, as empresas precisam repensar seus processos gerenciais e aplicar os princípios e normas contábeis vigentes em sua escrituração, lembrando que, em hipótese alguma, tais fundamentos foram revogados ou alterados pelo SPED. Dessa forma, o maior desafio do SPED Contábil, passa inevitavelmente pela Contabilidade.

Com a informatização na área contábil o trabalho desgastante operacional dos contadores, no que diz respeito à escrituração contábil e fiscal típico da era industrial, tende a se reduzir drasticamente, uma vez que todas as movimentações deverão ser geradas por sistemas automatizados integrados, e, com isso, surgem novas responsabilidades junto a esta atualização, ocorreu a



valorização do profissional contábil, pois se evidenciou a necessidade de um profissional capacitado em digerir e processar essas informações sistêmicas em conhecimento decisório de engajamento para a efetiva prosperidade dos empreendimentos.

A qualidade das informações contábeis e fiscais geradas a partir dos sistemas empresariais será fator imprescindível para a sobrevivência competitiva.

“A auditoria contábil, a contabilidade fiscal consultiva e a contabilidade gerencial, em seus diversos sabores, saem do fundo do baú para se tornarem as grandes vedetes do momento.” (DUARTE, 2009, e-book, p. 145).

A capacitação do profissional deve ser ampla para que possa atender a todas as necessidades de seus clientes, segundo o presidente da SESCON/SP (Sindicato das Empresas de Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, informações e Pesquisas no Estado de São Paulo) José Chapina Alcazar (SESCON-SP) (B), as novas gerações surgem como profissionais que necessitam conhecer gestão estratégica e fazer parte do corpo pensante da empresa, não apenas estar associado a uma ferramenta dentro dela. A visão do empresariado é que o contador existia para atender demandas do governo e não da própria empresa, e hoje isso mudou, o contador tem funções essenciais para o desempenho positivo da empresa.

Nasce um novo perfil do profissional de contabilidade onde as capacidades de análises, sínteses, comunicações interpessoais e habilidades relacionadas com a tecnologia da informação, são imprescindíveis para o seu sucesso.

Os profissionais contábeis estão sofisticados assim como os sistemas que os cercam, com isso, para estarem capacitados para o mercado de trabalho e para a prestação de serviços, a educação continuada é fundamental na sua evolução, devendo estar sempre atualizados, fazendo cursos, complementares profissionalizantes, cursos de idiomas e de tecnologia de informação, pós-graduação e programas de aprendizagem de atualização permanente. Contudo, sem a



formação, a informação pouco vale, pois, a capacidade de análise e síntese é imprescindível para a criação de ideias.

Conhecimento, qualidade e eficiência passaram a ser características essenciais ao perfil contabilista devido a Internet ser o seu novo ambiente de trabalho. Surge a necessidade de adaptação, em contínuas transformações, pois, mais importante que a tecnologia, é fazer bom uso dela.

De acordo com a revista on line SESCON-SP (A), diante desta nova realidade digital, com a tecnologia mais do que vital e estratégica, foram exigidas novas qualificações profissionais, em busca da atualização dos conhecimentos tecnológicos e um aprendizado qualificado de nível avançado, com o objetivo de ampliar a responsabilidade, a eficiência e a segurança na realização das tarefas.

Atualmente, os contadores devem ter um perfil criativo, pro ativo, capacitado, maduro, questionador e de iniciativa. Assim, continuar os estudos significa êxito na carreira profissional, e, velocidade passa a ser a palavra chave na realização das atividades.

Considerações iniciais

Este artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento tecnológico na área contábil, o qual é definido, normalmente, pelas legislações governamentais, principalmente tributárias, que atingem diretamente os contabilistas usuários das funcionalidades dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis, entre eles o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) Fiscal, Contábil e Social, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conectividade ICP, Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), entre outros, e o favorecimento da assertividade nas decisões e no exercício do profissional de contabilidade.

Trata-se de um ensaio para efeito de aprendizagem da elaboração de um artigo acadêmico, que será finalizado no ano de 2013, quando da concretização do TCC.



No entanto, por ora, os dados até então coletados pela pesquisa bibliográfica sugerem que foi da necessidade do homem de preservar seus bens e controlar seus direitos que surgiu a contabilidade, inicialmente, com a criação das fichas de barro que serviram para a demonstração dos sistemas de partidas dobradas (débito e crédito), e, mais tarde, por volta de 2000 anos a. C., surgiu a obrigação de livros e documentos fiscais, sendo necessário logo após, em razão da Revolução Comercial, o desenvolvimento de sistemas em constante fase de modernização.

No decorrer dos anos, devido às inovações ocorridas nos sistemas, as habilidades relacionadas com a tecnologia da informação se tornaram imprescindíveis. Os profissionais devem buscar um maior nível de capacidade através de cursos complementares, profissionalizantes, e programas de atualização permanente. Surge a necessidade de adaptação, em contínuas transformações, pois, mais importante que a tecnologia, é fazer o bom uso dela.

Assim, continuar os estudos significa êxito na carreira profissional e velocidade passa a ser a palavra chave na realização das atividades.

Referências

DUARTE, Roberto Dias. *Big brother fiscal III: o Brasil na era do conhecimento*. 3. ed. E-book. Ideas@work.2009

JOSE, Iraldo. *Inovações tecnológica e seus benefícios para a contabilidade*. Disponível: <<http://iraildojose.sites.uol.com.br/inovacoes.html>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

OLIVEIRA, Edson. *Contabilidade informatizada: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. *Estrutura e Formatação de Trabalhos Acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT*. 2 ed. UNIFACEF, 2010.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (A). Portal da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em:



<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM>
=>. Acesso em: 26 fev. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (B). Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/o-que-e.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. *História geral da contabilidade no Brasil*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

_____. *História geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. *Tecnologia Contábil Contemporânea: a contabilidade pós-moderna*. Curitiba: Juruá, 2009. 260 p.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *História do pensamento contábil*. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção Resumos de Contabilidade, 8).

SESCON-SP (A). Revista on line. *A profissão contábil*. Disponível em: <<http://www.sescon.org.br/revista-online/layout.php?topico=41&revista=124>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SESCON-SP (B). Revista on line. *A evolução da educação contábil*. Disponível em: <<http://www.sescon.org.br/revista-online/layout.php?topico=62&revista=127>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. *SPED - Sistema Público de Escrituração Digital*. Curitiba, Juruá Editora, 2009.